

## IDENTIDADE DOCENTE E A REESCRITA DE SI: (DES) CONSTRUÇÃO DAS MASCULINIDADES NO MAGISTÉRIO

Magno Júnior Guedes dos Santos Reis<sup>1</sup>

*Resumo:* A presente pesquisa traz à baila como principal proposta identificar de que maneira, numa área predominantemente feminina, os professores homens, no exercício da profissão, constroem a sua identidade docente atuando nos anos iniciais do ensino fundamental. O projeto em foco trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa com enfoque na história de vida na perspectiva autobiográfica e tem como instrumento a entrevista episódica. Frente a este dado, serão utilizados na pesquisa a seguinte fundamentação teórica: (BADINTER, 1993); (BOURDIEU, 2019); (HALL, 2019); (LUGONES, 2008); (NOLASCO, 1995); (OLIVEIRA, 2004) e (QUIJANO, 1988). E para o atual estágio da pesquisa, migrando para o processo de qualificação a produção dissertativa será formatada em três capítulos: no primeiro será apresentado a gênese do objeto de pesquisa, o desvelamento do problema a ser pesquisado e seu contexto social, além da delimitação dos objetivos e da configuração do percurso epistemológico e metodológico da investigação. O segundo capítulo será desenvolvido a partir da discussão de gênero, da identidade na perspectiva da decolonialidade, da construção sócio-cultural da masculinidade no Brasil e das masculinidades numa abordagem plural e cultural; já no terceiro capítulo será abordado a concepção da subjetividade sob a ótica da psicologia social, o histórico da inserção do professor homem na docência e a constituição da identidade docente em permanente diálogo com os interlocutores da pesquisa, com o intuito de identificar de que maneira o professor homem constrói a sua identidade a partir da sua relação com as demandas circunscritas no universo escolar que

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Linguística, Literatura e Artes do Campus II, Alagoinhas-BA, Linha 2: Letramento, Identidades e Formação de Educadores; membro do Grupo de Pesquisa GEREL/ CNPq, bolsista FAPESB e encontra-se sob a orientação da Professora Dra. Maria de Fátima Berenice da Cruz.

envolvem os alunos, as famílias, a comunidade escolar e o próprio protagonista do fazer pedagógico, o professor.

*Palavras-Chave:* Identidades. Masculinidades. Reescrita de si.

## **DESVELANDO A GÊNESE DO OBJETO DE PESQUISA**

É essencial pensar que a feminização do magistério, no contexto nacional, se deu no final do século XIX e início do século XX, período de intensas mudanças no contexto social. Nessa época, a escola assume a responsabilidade de viabilizar a modernização do Brasil e de entender a interferência social, política, economia e cultural que recaia no campo educacional, especificamente, no que se refere a formação de professores.

Finalizando o século XIX o Brasil enfrentava uma forte manifestação a favor da democratização do ensino. Pretendia-se educar o homem voltado para ordem de produção, e a escola, por sua vez, enfatizava o desenvolvimento dos aparatos morais onde o público feminino assumiria o papel materno da nação, sendo encarregado de promover a educação do país. Desse modo, os homens mantiveram-se afastados da área educacional, especificamente, nos anos iniciais do ensino fundamental, o que torna mais difícil a execução das pesquisas que têm como foco a atuação de professores homens em exercício docente.

A incorporação do público feminino no magistério não se processou de maneira espontânea, as relações econômicas e políticas também influenciaram significativamente. Ademais, o mesmo público também exigia seus direitos ao reivindicar o acesso à educação e o exercício de atividade remunerada, apropriando-se da imprensa para materializar tais cobranças.

Diante do exposto, a pesquisa assume a seguinte questão problema: de que maneira, numa área predominantemente feminina, os professores homens, no exercício da profissão, constroem a sua identidade no ensino fundamental?

Dito isto, o presente estudo tem como principal proposta identificar de que maneira, numa área predominantemente feminina, os professores homens, no exercício da profissão, constroem a sua identidade no ensino fundamental. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa com enfoque na história de vida na perspectiva autobiográfica e tem como instrumento a entrevista episódica. O estudo obedece os seguintes procedimentos: levantamento de material, seleção, leitura, fichamento, resenha e arquivamento de informações relacionadas as seguintes temáticas: masculinidades, patriarcado, dominação masculina, gênero, identidades, subjetividade, formação de professores e identidade docente.

Posteriormente, após o reconhecimento do ambiente, definição, caracterização institucional e entrega do termo de consentimento aos participantes da pesquisa, acontecerão encontros com os professores homens que exercem a docência na educação básica, com o objetivo de identificar por meio da entrevista com gravação de áudio, escuta sensível e da transcrição dos dados coletados, como as identidades docentes foram constituídas e de que maneira ao longo dos anos se consolidou as relações de gênero dentro das instituições de ensino.

A revisão de literatura será efetivada de maneira crítica através do levantamento bibliográfico, com base nos bancos de dados da CAPES, SCiELO, Google acadêmico e livros, objetivando a separação de material de relevância científica e o aprofundando das reflexões na tentativa de responder as especulações levantadas; com as informações coletadas através da entrevista, que serão os elementos substanciais para a materialização da investigação científica, os dados serão criteriosamente analisados, interpretados e discutidos à luz da crítica cultural.

Espera-se que essa pesquisa reverbere na política, na cultura, no social e no meio acadêmico produzindo inquietações de enfretoamento epistemológico no combate às ideologias eurocentradas, e que auxilie na implementação de políticas públicas com foco na diversidade no contexto

escolar e na formação de professores/as numa perspectiva de gênero, denunciando, dessa forma, toda prática de segregação.

## **IDENTIDADE NA PERSPECTIVA DA DECOLONIALIDADE**

A ideologia decolonial contrapõe ao processo epistemológico colonial, além de disponibilizar através de um diálogo transversal com a cultura, política e economia dispositivos de emancipação para os sujeitos imersos na opressão e subalternidade; tal concepção, também tem a pretensão de reconhecer a substancialidade epistêmica regional suplantando o paradigma colonial.

Semanticamente, o termo “decolonialidade” não deve estar embaraçado com o que se compreende por descolonização. Este, dentro de um contexto histórico, refere-se ao sobrepujamento do colonialismo e aquele busca a transgressão, a nível de transcendência, da colonialidade.

A decolonialidade não se remete somente ao declínio das transações formais de colonização, mas a uma absoluta contraposição do coexistir humano dentro do que se conhece como colonialidade. Além disso, desnuda as hierarquias sociais hegemônicas de dominação que controlam as relações sociais pelo viés da raça, da sexualidade e do gênero, e que foram impostas pelo modelo ocidental de modernidade europeia pela via da subjugação e do agrilhoamento dos povos.

Quando o sistema moderno colonial utiliza de estratégias e práticas discursivas para colonizar os nativos (homens e mulheres) está recorrendo a uma dimensão de gênero. Aplica, neste sentido, o conceito moderno de colonialidade, pois controla condutas, determina normas para que se tenha bem claro como ser homem e mulher pertencentes a América Latina (LUGONES, 2008).

O pensamento decolonial está comprometido com o rompimento insistente da colonialidade e com a forma transgressora de perceber o mundo dentro dessa estrutura hegemônica. Trata-se de uma revisão epistemológica e humanística, a fim de tornar visível o que passa

desapercebido e de superar, a nível de denunciar, a naturalização colonial distorcida dos fenômenos sociais. Ademais, proporciona uma formatação de “mundo transmoderno” levando em consideração a pluralidade identitária latino-americana que não cabe dentro da estrutura eurocentrada (QUIJANO, 1988).

A construção da decolonialidade tem se dado a partir da subjugação das mentes, dos corpos, da perversidade, do sofrimento e da morte por meio da ausência de alguns dispositivos básicos que garantem as condições elementares de sobrevivência da espécie humana, a saber: saúde e educação numa perspectiva emancipatória e cultural.

Logo, pode-se afirmar que as mazelas sociais são oxigenadas pela abordagem colonial, e é na contramão desse raciocínio que se origina a concepção de decolonialidade, que tem como proposta trabalhar enviesada com a coexistência social e humana numa perspectiva de garantia de direitos e contrária a todas as abordagens de exclusão social preconizadas pelo sistema colonial.

Escavar a temática das masculinidades é se debruçar nas nuances que perpassam sobre o conceito de identidade e gênero, rompendo com o que é hegemônico. Isto posto, faz-se necessário problematizar: como a identidade de gênero vem sendo construída ao longo da história? De que maneira a identidade e a diferença são produzidas dentro de uma relação de poder?

Com essas provocações, percebe-se que a questão da diferença e da identidade não podem ser essencializadas ao respeito e a tolerância para com a diversidade humana, pois são estruturadas numa perspectiva cultural e social, por essa razão, devem ser especuladas e contestadas (HALL, 2014).

Nessa lógica, identidade e diferença não são figuras do mundo natural, mas fabricações do próprio sujeito no contexto das relações sociais e culturais são criadas por meio de atos linguísticos, produções dos sistemas simbólicos e discursivos que as compõem (SILVA, 2014).

A sociedade está saturada de conceitos e institui um modelo de identidade a partir da cultura produzida em seu tempo histórico. O sujeito é treinado para comungar de uma mesma ideologia, socialmente imposta, para não ser rejeitado do meio onde está inserido.

A identidade não obedece um estágio de estabilidade, mas é elaborada por meio da linguagem, das práticas e dos hábitos sociais passando por frenéticas mudanças ao longo do processo; em virtude dessas transformações decorrentes da sociedade globalizada, pode-se afirmar que não existe uma identidade fixa e acabada (SILVA, 2014).

No embate pela conquista da identidade está envolvida uma luta mais tensa por outros interesses simbólicos e matérias da sociedade. A ratificação da identidade e a notificação da diferença interpretam os interesses das diferentes instituições em assegurar o acesso privilegiado ao bem comum. Assim, a relação de poder está imbricada com essa constituição de identidade.

A confirmação da identidade e a marcação da diferença provocam as operações de incluir e excluir, além de limitar fronteiras, estabelecer diferença entre o que fica e o que sai (WOODWARD, 2014). A identidade está atrelada a uma ferrenha dissociação entre o eu e o outro, o que desdobra na constituição da identidade masculina, notadamente, no que diz respeito a relação de gênero na docência.

## **MAGISTÉRIO: PROFISSÃO DE “MULHER”?**

Para ampliar a compreensão sobre a conquista da mulher na docência, é de suma importância rememorar os fatos históricos para melhor assimilar esse processo de consolidação do magistério como profissão, sem perder de vista as principais problemáticas que marcaram esse fenômeno social.

Na sociedade ocidental a instituição escolar nasce nos espaços privados da Igreja Católica. No Brasil, período colonial, quem exercia à docência era o público masculino, já que que a ordem jesuítica era

composta, maciçamente, por homens. Sendo assim, se tinha o entendimento de que somente as pessoas do sexo masculino eram habilitadas para o exercício do magistério.

No contexto nacional a história da educação é marcada pela exclusividade da presença masculina na sistematização do currículo e na estrutura organizacional da base educacional, sempre com ênfase nos dogmas preconizados pela religião, não valorizando somente a transmissão do conhecimento formal, mas, sobretudo, focando na formação de homens com os princípios humanitários universais, característica forte do cristianismo. Logo, depois que os jesuítas deixaram de gerir o sistema educacional da época, a instituição escolar ganha fôlego e inicia um novo processo a partir das pautas sociais e históricas urgentes.

Com a retirada da Companhia de Jesus sobre o jugo dos portugueses, depois de ter dominado a educação brasileira durante séculos e com o encaminhamento dos professores sobre o domínio do Estado, a sociedade começa a se mobilizar em direção a laicidade, não aderindo os incentivos pragmáticos da religião (VILELA, 2016).

No Brasil, o reconhecimento do magistério como um exercício profissional exercido por mulheres foi demarcado pelas mutações econômicas ocorridas nesse íterim histórico, associado ao progresso industrial e urbano. Contudo, é pertinente pontuar que esse fato social se consolidou em período diferente na Europa e no Brasil. É perceptível que o passe da industrialização viabilizou outras demandas que fortificou o sistema capitalista no Brasil. A inserção das mulheres no mercado laboral da docência, especificamente, e o salário pela função exercida são questões que se cruzam.

Nesse raciocínio, verifica-se que a constituição da profissão de professora do primeiro ciclo escolar do ensino básico em trabalho remunerado, o processo da mulher em se tornar funcionária pública e suas transformações numa área profissional que passa ser desempenhada, predominantemente, pelo público feminino são eventos que fazem parte de uma mesmo contexto, por essa razão, a complexidade

em examinar apenas um aspecto sem considerar os demais (HYPÓLITO, 1997).

Na era da industrialização havia uma necessidade de ofertar aos operários condições favoráveis de trabalho, o que resultou em uma procura significativa pela instituição escolar, pois existia uma carência básica do saber formal por parte dos trabalhadores relacionado ao domínio da leitura, da escrita e das ciências exatas. Ainda nessa direção, existia a preocupação com os herdeiros dos empregados da fábrica, seus filhos, que precisavam ser acolhidos na instituição para posteriormente serem contemplados com essa formação mínima, capacitação básica para servir ao setor industrial, e assim, dar continuidade ao processo de subordinação imposto pelo sistema capitalista. Nesse viés, observa-se a inviabilidade de abordar a pauta referente as mulheres na docência desenhada desse processo industrial.

O processo de trabalho demandava outras exigências que levava em consideração o saber ler e escrever, por esse motivo, os operários emergentes careciam de uma escolarização, ainda que recaísse no campo da alfabetização funcional, pois teriam que manusear maquinários e executar serviços elétricos (HYPÓLITO, 1997).

No Brasil, precisamente no século XIX, o Estado influenciado pela ideologia capitalista, que tinha como pano de fundo possibilitar o desenvolvimento e a civilização, consegue trazer para o terreno nacional japoneses e europeus, trabalhadores imigrantes com uma mão de obra mais sofisticada. E para além de contribuir com a expansão do processo industrial e o crescimento econômico da nação, auxiliaram a partir da experiência de seus países de origem, na exigência e formatação de uma escola pública que, a princípio, atendesse a necessidade do mercado e que ofertasse um saber mais sistematizado (HYPÓLITO, 1997).

A expansão da escolarização teve como consequência um crescimento exorbitante de pessoas com interesse de se inserir nas unidades de ensino, o que resultou na entrada das mulheres no mercado laboral da docência, ampliando de maneira significativa o quadro de

professoras. Faz-se necessário ressaltar que o sistema patriarcal sempre esteve calçado nos princípios capitalistas que regimentam os contratos sociais, oxigenando a ideologia de que o desempenho dos papéis sociais do homem e da mulher estão decididos desde o nascimento, sem brecha para questionamento, além de atestar que o aparato biológico, dentro desse processo eurocêntrico e colonial, é determinante para nortear o desenvolvimento laboral do homem e da mulher adaptada à condição de gênero, legitimada como hegemônica e normativa.

É relevante rememorar a história para compreender a gênese de todo o processo de subjugação que o público feminino sempre esteve submetido ao longo dos anos e, desse modo, poder fazer a articulação de classe e gênero para tornar mais transparente a relação do patriarcado com o sistema capitalista, que problematiza a inserção da mulher no magistério, o que reverbera na divisão social e sexual da força de trabalho (LOURO, 1989).

O cenário capitalista advindo do processo industrial alterou as pretensões do público masculino, que vislumbra a prosperidade financeira através da imersão profissional em outro campo de trabalho, com uma melhor proposta salarial. Consequentemente, os homens não mais se reconheciam na docência, visto que a área não era mais promissora no quesito lucro, o que abria possibilidades para que as mulheres desenvolvessem uma atividade remunerada externa ao ambiente doméstico. Entretanto, para substituí-los a mulher teria que passar por uma formação em Escola Normal, instituição que tinha a incumbência de formar o sujeito para o exercício do magistério.

Para acolher a mulher nesse ambiente educativo que passa ser frequentado, preponderantemente pelo público feminino, o paradigma patriarcal exercia uma influência imperativa no processo de sistematização e implementação de um novo currículo que se ajustasse as habilidades do mundo feminino.

Segundo Louro (1989), o exercício docente sofreu as suas alterações no que tange a sua execução, ou seja, nem sempre foi

desempenhada da mesma maneira e pelas mesmas pessoas. Nesse sentido, ressalta que, aprioristicamente, não era a mulher que executava, para deixar em relevo a questão de gênero, e ainda afirma que não era exercida pelas mesmas mulheres, fazendo uma provocação quanto a classe social. Dito isto, a autora nos convida a repensar criticamente, com o subsídio da história, quem era essa mulher e em que contexto sócio-histórico ela estava imersa, já que os protagonistas e a estrutura de trabalho eram divergentes do modelo primitivo?

Nesse contexto, a organização curricular segue a todo vapor focada na educação religiosa, moral e cívica, com concepções que tratam o magistério como vocação, com pautas que fazem contraponto com as atividades domésticas e com demarcadas adjetivações inclinadas para o universo feminino. Ademais, segundo Faria (2005), as leis que foram promulgadas regulamentavam o acesso e permanência da mulher na docência, bem como firmavam a necessidade de uma dedicação restrita ao ensino, o que nunca foi exigido para os homens na época que exerciam a função de professor.

O Estado, após a inserção do público feminino no magistério, tinha uma preocupação maior em fiscalizar se o trabalho que a mulher exercia fora do ambiente privado estava inviabilizando a qualidade do serviço doméstico, que sempre desenvolveu com zelo e rigor, e que consistia no cuidado com a educação dos filhos e na boa desenvoltura no que tange as obrigações do lar, sem falar que a própria igreja também auxiliava o Estado nesse processo de regulação.

As condições de trabalho fora do espaço privado não poderia ser um vínculo de distanciamento para a mulher deixar de exercer com primor a sua função doméstica, e, segundo Louro (1989), a sua participação externa no ambiente familiar demandava uma explicação que não desprezasse a sua função primária. Nesse raciocínio, Faria (2005) afirma que a atuação da mulher como professora produz marcas profundas, produtos das ideologias preconcebidas que operacionam a possibilidade de permanência da condição subserviente da mulher.

No final do século XIX, com o crescimento da área educacional, nota-se que a falta de reconhecimento e a prática do escárnio no magistério não estava restrita somente a lógica sexual, mas, tal descaso, também pode ser justificado pela ideia de que ser professora, obedecendo uma lógica capitalista, se configurou como uma profissão sem prestígios, uma vez que estava a serviço também da população menos favorecida.

Nesse mesmo período há uma desaprovação de que as mulheres tenham se inserido nesse mercado de trabalho sem a resistência masculina. Efetivamente, a expansão das instituições de ensino no Brasil e em Portugal, até mesmo com a primordialidade da mulher se apropriar do posto de professora nas instituições femininas, deu margem para supostas interpretações que colocava o público feminino numa posição de “salvadora da pátria” (VILELA, 2016).

Destarte, para pensar as questões e os cenários que contribuíram para que as mulheres assumissem os espaços da sala de aula, é primordial refletir que esses fenômenos históricos perpassam a questão de gênero, buscando entender as formas que homens e mulheres constituem suas identidades, já que é no discurso privado de cada sujeito que são elaboradas as convenções sociais que interferem nos modelos impostos de representação.

## **CONSIDERAÇÕES PARCIAS**

O desdobramento da história da educação é atravessado por questões que estão diretamente relacionadas com as relações de gênero dentro da formação de professores/as. Nesse sentido, constata-se, que as narrativas históricas corroboram com as ideologias patriarcais que norteiam até hoje a constituição da identidade docente.

Diante dos dados explanados, o texto deixa em evidência algumas provocações que serão aprofundadas no decorrer do processo, a saber: em que contexto histórico a instituição que formava professoras

conhecida como Escola Normal recepcionava as mulheres na condição de discente e docente? Qual o objetivo de tal acolhimento? Como era a Escola Normal? Que tipo de educação era discutida e como se processava as relações de gênero dentro desse instituto educacional? O que o magistério absorveu da época jesuítica no que diz respeito ao exercício de ensinar e o que mudou a nível de carreira profissional, prática docente, estrutura curricular e valorização moral e financeira da profissão de professor? Como desconstruir a masculinidade hegemônica e repensar na possibilidade de coexistência das masculinidades dentro de uma sociedade regida pelos dogmas coloniais? Como o professor homem constitui a sua identidade dentro desse universo feminino, a partir da relação com as demandas circunscritas no universo escolar que envolvem os alunos, as famílias e a instituição de ensino? Qual o papel da crítica cultural nesse processo? Essas e outras inquietações problematizadoras serão contempladas e aprofundadas no desenrolar da pesquisa, na intenção de atender a proposta da investigação.

## REFERÊNCIAS

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. [et al.]. A história da feminização do magistério no Brasil: balanço e perspectivas de pesquisa. In: PEIXOTO, Ana Maria Casasanta; PASSOS, Mauro (org.). *A escola e seus atores – educação e profissão docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.p. 53- 87.

HALL, Stuart. *Quem precisa de identidade?* In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 103-133.

HYPOLITO, Álvaro L. Moreira. *Trabalho Docente, Classe Social e Relações de Gênero*. Campinas, SP: Papirus, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. *Magistério de 1º grau: um trabalho de mulher*. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 31-39, jul./dez, 1989.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. *Tabula Rasa*. Bogotá, n. 9: 73-101, jul-dez, 2008.

QUIJANO, Aníbal. *Modernidade, Identidade e Utopia na América Latina*. Lima: Sociedade e Política, 1988.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.p. 73-102.

VILLELA, Heloísa. *O mestre-escola e a professora*. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016, p. 95-134.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15. ed.-Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.p.7-72.